BATE-PRONTO



WWW.SINTUFRJ.ORG.BR 30 DE JULHO DE 2021

SINTUFRJ:

'Retorno somente gradual e com total segurança'



Sintufrj e representantes da bancada técnico-administrativa no Conselho Universitário (Consuni) estão participando do Grupo de Trabalho (GT) que revisa a Resolução nº 7/2020 das diretrizes para o desenvolvimento das atividades laborais na UFRJ durante a pandemia, que foi aprovada pelo colegiado em junho de 2020.

Esse GT foi criado pelo Consuni para a formulação de proposta que resultou na Resolução 7/2020 e a sua reconvocação para agora revisar o documento foi uma decisão da reitora Denise Pires, que acatou sugestão do Sintufri neste sentido.

De acordo com a Portaria publicada no Boletim da UFRJ de 21 de julho, os integrantes do GT deverão apresentar uma proposta de alteração da Resolução nº 7/2020 até 31 de agosto deste ano. As reuniões serão semanais e a primeira aconteceu no dia 26.

Participantes – Participam do GT os conselheiros da bancada técnico-administrativa no Consuni Joana de Angelis e Roberto Gambine; representantes das bancadas dos professores e dos estudantes de graduação e da pós-graduação; a coordenadora-geral do Sintufrj, Neuza Luzia; a presidenta da Adufrj, Eleonora Ziller; a integrante do Grupo de Trabalho Multidisciplinar da UFRJ sobre o Pós-pandemia, Fátima Bruno; e na condição de colaboradores representantes da Associação de Pós-Graduandos (APG) e do Diretório Central do Estudantes (DCE). O coordenador do GT é o professor Fernando Rochinha.

Revisão necessária

"É preciso atualizar a Resolução 7/2020, porque se faz necessário uma discussão ampla culminando com uma proposta à Reitoria de um plano de retorno ao trabalho gradual e seguro, antes o governo nos imponha uma volta arbitrária", explicou Joana de Angelis, que também é coordenadora do Sintufrj.

"A gente tem que fazer uso da autonomia universitária pela qual lutamos e conquistamos, e estabelecer o nosso planejamento, conforme fizemos em março do ano passado quando organizamos o trabalho remoto", acrescentou a dirigente sindical e integrante do GT.

Continua na página 2

O mesmo GT que organizou o trabalho remoto agora vai discutir e organizar o retorno seguro e gradual, com todas as garantias.
O Sintufrj defende que seja discutido amplamente, ou seja, com as representações de todos os segmentos da universidade fazendo parte do GT

Joana de Angelis



o fim de junho, em reunião com o Sintufrj e a Adufrj, a reitora Denise Pires comunicou às entidades que iria solicitar (como o Sintufrj havia sugerido) ao Grupo de Trabalho do Consuni, responsável pela Resolução 7/2020, que retomasse suas atividades para atualizar o documento à luz da nova realidade, com vistas ao retorno gradual e seguro dos servidores ao trabalho.

Segundo a reitora, o GT deveria formular sua proposta de volta às atividades baseando-se nas fases propostas pelo GT Pós-Pandemia, no guia de biossegurança e no plano de contingência, da UFRJ.

Diante disso, o Sintufrj considerou que a UFRJ reafirmava sua autonomia ao se antecipar em regulamentar o retorno ao trabalho de acordo com as especificidades das unidades acadêmicas, administrativas e de saúde, em vez de esperar por uma provável Instrução Normativa (IN) do governo federal de conteúdo prejudicial a toda comunidade universitária.

"Somos contrários ao retorno automático e ao reinício das aulas presenciais. A retomada do GT nos permite apontar justamente a construção democrática de um processo planejado, gradual, sem presença de membros da comunidade

que não estejam imunizados, seguindo as diretrizes do GT Pós-Pandemia e retomando atividades presenciais que preparem a universidade para o momento em que o retorno completo seja possível", avaliou o Sintufrj, em nota publicada em 30 de junho.

Protocolos e EPIs

"É preciso planejar. As pessoas estão sendo vacinadas e em algum momento haverá o retorno. Nós sugerimos, e a reitora acolheu a nossa proposta, que se reconvocasse o GT que em março de 2020 elaborou a resolução do trabalho remoto, porque é quem tem as condições de organizar a volta e em que condições", disse Joana de Angelis.

Ela também reitera que é preciso discutir o retorno gradual considerando-se todos os protocolos de biossegurança e com a universidade tendo condições de fornecer todos os equipamentos de proteção individuais (EPIs) de que os servidores necessitarem para a realização do seu trabalho sem riscos de contrariem o coronavírus.

Parentalidade

A coordenadora sindical ponderou também que deve ser respeitada, inclusive, a resolução aprovada no dia 8 de julho no Consuni (9/2021), regulamentando a flexibilização das atividades para técnicos-administrativos, estudantes e professores que exerçam o papel de cuidadores durante a

pandemia, com base em proposta do GT Parentalidade e Equidade de Gênero da UFRJ.

Joana sugeriu que um representante desse GT fosse convocado para integrar o GT do Consuni.

Defesa intransigente da categoria

A criação do GT Consuni responsável pela elaboração da Resolução 7/2020 foi uma consequência da atuação firme do Sintufri, a qual culminou com a suspensão da Portaria nº 3.188, de 4 de maio de 2020, publicada no BUFRJ nº 18, em 5/5/2020 -Extraordinário 3ª parte) que impunha restrições a direitos dos servidores em trabalho remoto.

Á época, o Sintufrj debateu com sua base, emitiu notas de orientação e criou um GT próprio que elabo-

rou proposta entregue à Reitora. Essa movimentação levou, por fim, à aprovação, no Consuni, da Resolução 7/2020 publicada no início de junho daquele ano e que está sendo revista agora.

Em nota sobre a recente reconvocação do GT Consuni, a entidade garante:

"O Sintufrj participará ativamente destes debates, contribuindo para a construção de uma resolução legitimada por toda a comunidade da UFRJ".

Cidade Universitária - Ilha do Fundão Rio de Janeiro - RJ Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam) e Marisa Araujo / Conselho Editorial: Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / Equipe de Edição: Ana de Angelis, Bernardo Cotrim e L. Maranhão / Reportagem: Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / Estagiário: Lucas Azevedo / Projeto Gráfico: Edilson Soares Martins / Diagramação: Luis Fernando Couto, Edilson Soares Martins e Jamil Malafaia / Fotografia: Renan Silva / Revisão: Roberto Azul / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / Edição digital.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrj.org.br.



COMISSÃO DA FACULDADE DE MEDICINA RECONHECE PERDA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A comissão constituída por professores, técnicoadministrativo e estudante da Faculdade de Medicina da UFRJ para avaliar e atualizar as propostas de contrato da UFRJ com a EBSERH apresentou na Congregação um estudo com uma série de informações que demonstra perda da autonomia universitária e das atividades de ensino e pesquisa de um hospital universitário.

Destacamos aqui alguns trechos do relatório onde

fica constatado a ineficácia da EBSERH à frente da gerência desses hospitais. Cabe ressaltar que nenhum trecho aqui destacado está fora do contexto, o que pode ser comprovado pela leitura na íntegra do relatório.



Acesse a íntegra do relatório pelo QR Code ao lado

Veja os destaques

Neste contexto, informações obtidas pela Comissão, em relação às Faculdades onde o convênio com a EBSERH foi realizado, a maioria há cerca de 9 anos, dão conta da existência de interferência importante na autonomia universitária, representada pelo convênio entre as duas instituições, com Insuficiente apoio às atividades de ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa, com ênfase, quase exclusiva, na prestação de serviços assistenciais à saúde:

 Estabelecimento de prazo para elaboração de um plano diretor do Complexo Hospitalar, sem a participação e homologação das unidades de ensino;

Por outro lado, estudo realizado por Siliansky e cols, utilizando dados secundários de bancos oficiais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS) em ambos os modelos, mostrou que "Nos HUs, sejam eles contratualizados ou não com a EBSERH, no período entre 2012 e 2017, houve um crescimento dos leitos complementares e número de trabalhadores e residentes junto à redução dos leitos hospitalares. Foi destacável o crescimento das internações e da taxa de ocupação em ambos os modelos de gestão. Não houve

- 5. Designação de cargos de chefia e de membros do conselho gestor do complexo hospitalar sem a anuência das unidades de ensino e consulta à comunidade universitária.
- 4. Estabelecimento de metas assistenciais sem a adequação necessária às atividades de ensino inerentes;
- Cessão de professores sem a concessão da unidade de ensino, sem a preservação de suas atividades docentes, inerentes ao cargo, e com restrição de carga horária dedicada à instituição de ensino, caracterizando descompromisso com atividades de ensino por docentes e técnicos=administrativos cedidos:

de ocupação em ambos os modelos de gestão. Não houve significância estatística nas médias de variação de todas as variáveis estudadas em ambos os modelos. Apenas foi verificada uma correlação negativa e significativa entre a variação da taxa de ocupação e os leitos hospitalares no conjunto dos hospitais contratualizados com a EBSERH, evidenciando que o crescimento das internações desses hospitais pode ser explicado por uma maior utilização de um menor número de leitos" (1).

O relatório da Comissão da Faculdade de Medicina desataca ainda o momento conjuntural do país e a necessidade de ampliação do debate

Finalmente, no atual momento, discute-se no Congresso Nacional, a viabilidade de uma política voltada para o "enxugamento do Estado, sendo a privatização de empresas estatais um dos pilares da reforma, já iniciada com a venda da Eletrobras. Embora não esteja prevista a venda da EBSERTH, caso seja aprovada esta temática como meta de ação política para o país, a questão poderá ser colocada em pauta no futuro.

Diante destas considerações e incertezas, a Comissão discutiu o tema e encerrou os trabalhos, reconhecendo que o momento não é oportuno para colocação em pauta no Conselho Universitário. Considerou lastimável a não inclusão das unidades de ensino nesta discussão, e propôs a ampliação deste debate, incluindo a

Conclamamos que se faça um franco debate trazendo representantes das universidades onde a EBSERH (sugerir universidades onde sabemos que está dando ruim)Estamos todos do mesmo lado defendendo a saúde, ensino, extensão e autonomia universitária que torna a UFRJ forte e magnânim a voltada aos interesses da sociedade.

Uma reforma administrativa contra os servidores e a população

Derrotar a PEC 32/2020 e exigir o impeachment de Bolsonaro é uma luta prioritária da classe trabalhadora deste país

ntre os projetos apresentados pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional – a maioria para beneficiar o mercado, grandes empresários e o agronegócio –, encontra-se o da reforma administrativa (proposta de Emenda Constitucional 32/2020), menina dos olhos do ministro privatista da Economia, Paulo Guedes, que odeia servidor público.

A PEC 32/2020 está em tramitação rápida, há apenas três meses e o presidente da Câmara, Arthur Lira, quer aprová-la em prazo célere.

A campanha do governo, apoiada pela grande mídia, é para convencer a população de que a intenção é acabar com "privilégios" do funcionalismo e "modernizar" a máquina pública. Pura demagogia. Já na exposição de motivos da PEC 32 não é apresentado o impacto orçamentário e, tampouco, resultados positivos para a sociedade com a sua aprovação.

A reforma administrativa quer a desobrigação do Estado no fornecimento de bens e serviços aos cidadãos e à população desassistida.

O que de fato a PEC propõe

A PEC 32 irá transformar os serviços gratuitos para a maioria da população, como saúde, educação e segurança, em serviços pagos. O objetivo é reduzir despesas, diminuir o aparelho de Estado e dizimar toda a atual estrutura dos três níveis da federação: federal, estadual e municipal para aumentar a participação do setor privado e trazer a lógica de mercado para a Administração Pública.

A reforma não ataca privilégios. Deixa de fora militares,

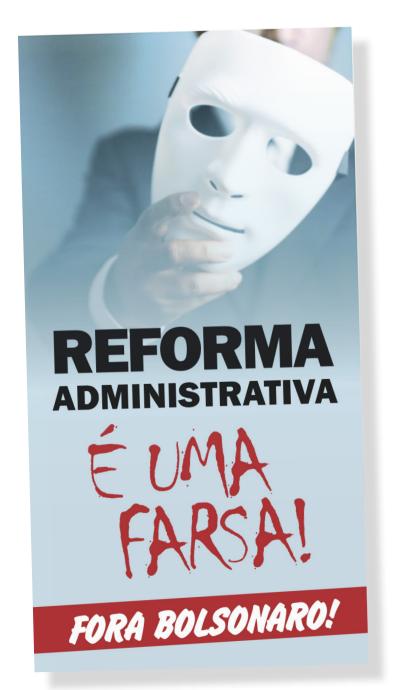
magistrados, membros do Ministério Público e parlamentares. Há a centralização do poder na presidência da República sendo-lhe autorizada realizar mudanças via decreto. É um dos sonhos de Bolsonaro governar não só pela força das armas, mas também pela da caneta, sem questionamentos.

A reforma administrativa atinge todos os servidores,

novos e futuros. Ativos e aposentados. Retira direitos e visa a redução salarial. Extingue o RJU (Regime Jurídico Único), pune os atuais servidores e submete os futuros à regras draconianas de gestão.

Apesar de a atual legislação já prever a demissão dos servidores estáveis, o governo apresenta o fim da estabilidade como um grande troféu. Esconde que busca na verdade um instrumento de pressão e ameaça permanente a quem trabalhar para ele, aliás como já tem feito com servidores que denunciam e tentam combater as ilegalidades cometidas.

É tudo muito bem engendrado para ludibriar a população. O troféu do fim da estabilidade vem acompanhado da eliminação das restrições constitucionais existentes hoje, permitindo assim a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança, sem limites, por pessoas que não têm vínculo com a administração pública. Será uma festa para indicações políticas e ambiente propício para a corrupção. Uma verdadeira farra para o presidente, governadores e prefeitos.



Tramitação acelerada

- A PEC 32 foi enviada ao Congresso Nacional em setembro do ano passado. Em abril deste ano foi avaliada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que aprovou a proposta um mês depois com 39 votos a favor e 29 contrários, apesar de conter inconstitucionalidades. Em junho começou a tramitar na Comissão Especial que analisa o seu mérito. Audiências públicas virtuais estão acontecendo e a última está programada para 19 de agosto.
- Apesar de haver muitas controvérsias na base de apoio do governo Bolsonaro sobre a reforma, a Comissão Especial é de maioria governista.
- Para aprovar a PEC 32 no plenário são necessários 3/5 dos votos (308) dos 513 deputados da Câmara em dois turnos. Depois, segue para o Senado, onde também é exigida maioria qualificada.
- Os servidores públicos se unem numa grande campanha para derrubar a PEC 32 agora no retorno do recesso parlamentar.
- A estratégia é pressionar cada parlamentar e derrotar a proposta ainda na Comissão Especial.